



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

A recuperação ambiental de uma pedreira abandonada, com a designação de “pedreiras das penas” numa área central de valor comercial elevado na cidade de Santa Maria da Feira assumia-se num passado ainda recente, mais concretamente há dois anos e meio, como o argumento e justificação principal para o executivo da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira avançar com a criação do Centro de Artes de Rua ou Caixa das Artes, epitetado na sua forma breve de dizer de “CCTAR”. O projeto era assumido pelo PSD local como sendo um verdadeiro projeto âncora do Município e, segundo os mesmos, a Feira passaria a ser a capital das artes de rua.

O espaço das pedreiras, área que os feirenses sempre se habituaram a ver como um lago artificial infeto, pejado de ratos que inclusive favoreceram a ocorrência de leptospirose nas imediações e onde décadas a fio o abandono propiciou o depósito de lixo incontrollados, aparecia no projeto com uma proposta arrojada da construção de um palco aquático com passadiços sobre o espelho de água. Este magnífico “projeto” incluía, como é óbvio, a recuperação ambiental das pedreiras. De projeto em projeto ou, melhor dizendo, de mentira em mentira ao que hoje se assiste é ao puro e simples aterro das pedreiras, com inertes vindos do aterro sanitário de Canedo, em fase de construção.

Nas referidas pedreiras não existe no local qualquer edital de obra, projeto ou identificação para o que ali se vai fazendo. Os camiões que circulam pelas vias da cidade são às dezenas e circulam quase de forma ininterrupta durante o dia. Tantas vezes não trazem as cargas cobertas como obriga a lei nem é feita a lavagem dos rodados ao sair das descargas.

Diz-se entre a população vizinha que o aterro só está a acontecer porque as águas da pedreira interferem com os parques da superfície comercial, onde é visível de Verão e de Inverno água nos seus pisos.

Apesar da câmara municipal avançar com uma estimativa da profundidade das pedreiras, na vizinhança todos desconfiam da mesma, alegando que a mesma é superior e que inclusive o camião que vitimou o proprietário levando ao posterior encerramento da atividade da pedreira ainda lá se encontra submerso, conjuntamente com outros equipamentos e maquinarias.

Não é do conhecimento público a existência de qualquer estudo anterior a este aterro a que a câmara chama de requalificação ambiental. Temos conhecimento de perturbações nos poços e

furos de alguns dos munícipes vizinhos do local. O aterro que se está a fazer apesar da velocidade de deposição irá prolongar-se por largos meses impactando com a vida dos residentes no local.

Considerando que todos estes procedimentos afiguram-se-nos como pouco claros e é urgente clarificá-los,

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito a S. Ex.^a a Presidente da Assembleia da República que remeta ao Governo a seguinte Pergunta, para que **Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia** possa prestar os seguintes esclarecimentos:

1. Esta intervenção é do conhecimento desse ministério?
2. Foi dada alguma autorização pelos serviços desse ministério?
3. Foi feito algum estudo sobre a mesma? Por que entidade?
4. Estão a ser bombeadas águas da pedreira?
5. Este projeto envolveu verbas comunitárias?
6. Existindo esta situação há mais de meio século e sendo um projeto que aparecia no conjunto com outros que entretanto foram abandonados, vai ser feito na mesma o palco sobre o espelho de água que estava previsto para este local?
7. De que ordem de valores se pode falar para a realização desta intervenção?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 12 de Dezembro de 2014

Deputado(a)s

JOSÉ LUÍS FERREIRA(PEV)

HELOÍSA APOLÓNIA(PEV)